

## AS CONTRIBUIÇÕES DE DERMEVAL SAVIANI PARA A POLÍTICA EDUCACIONAL: A ONDA CONSERVADORA E OS RETROCESSOS DA CONJUNTURA ATUAL

Ailton C. Prates<sup>1</sup>, Carolina N. Gama<sup>2</sup>, Cristina S. Paraíso<sup>3</sup>

1. Mestre em educação, professor da UFAL

2. Doutora em educação, professora do Centro de Educação da UFAL

3. Doutora em educação, professora da UFRB

### Resumo:

O trabalho tem por objetivo articular a produção teórica sobre política educacional de Saviani e sua defesa de um Sistema Nacional de Educação (SNE) com a atual conjuntura político-jurídico-midiática da sociedade brasileira. Partimos do estudo de Gama (2015) que elabora um balanço da obra do autor, procedendo a identificação, levantamento e organização da produção. O estudo foi atualizado buscando identificar a tese central acerca da estrutura e política educacional. Os textos apontam para a defesa da implantação de um SNE como resultado da educação sistematizada que assegure o mesmo padrão de qualidade a toda a população do país, de forma articulada com um Plano Nacional de Educação (PNE). O financiamento aparece como questão central a ser enfrentada, reconhecendo a necessidade de superação do atual modelo político econômico. A defesa do SNE, do PNE e seu adequado financiamento são bandeiras da Conferência Nacional da Educação Popular – CONAPE, portanto defendemos sua realização.

**Autorização legal:** não se aplica.

**Palavras-chave:** sistema nacional de educação; plano nacional de educação; financiamento da educação.

**Apoio financeiro:** não se aplica.

### Introdução:

O cenário brasileiro atual, após o golpe jurídico, parlamentar e midiático iniciado em 2016, com a deposição da presidenta Dilma Rousseff, sem crime de responsabilidade, é de grave ameaça à educação pública e gratuita, sob a responsabilidade do Estado. Esse ataque se dá em algumas frentes: cortes no financiamento da educação pública, tanto na Educação Superior, quanto na Educação Básica, que colocam em cheque a efetivação do atual PNE 2014-2024; reestruturação do CNE<sup>1</sup>, com a revogação da nomeação de seus conselheiros (primeira vez que isso ocorre desde sua criação), que viria a referendar a edição da nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a qual abandona a formação da juventude quando impede o acesso aos conhecimentos acumulados pela humanidade (MARSIGLIA, 2017), aligeirando sua formação e direcionando-a diretamente para o mercado de trabalho; divulgação de relatório do Banco Mundial sobre o Ensino Superior gratuito, indicando sua extinção<sup>2</sup>; e reforma do Ensino Médio, através, inicialmente, de uma Medida Provisória, que se transformou rapidamente em lei em tempo recorde (Lei 13415/17), sem amplo debate com os setores da Educação, nem com a sociedade civil organizada, e duramente criticada por setores da área de pesquisa educacional como a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED) e a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC)<sup>3</sup>, e pesquisadores históricos da Educação, como Saviani<sup>4</sup>, Frigotto<sup>5</sup> e Freitas<sup>6</sup>.

O objetivo do presente texto é articular a produção teórica sobre política educacional de Saviani, e sua defesa de um SNEducação com a atual conjuntura político-jurídico-midiática em que vive a sociedade brasileira, defender a realização da Conferência Nacional Popular da Educação - CONAPE<sup>7</sup>, na perspectiva da luta pela

<sup>1</sup> Disponível em: < <http://www.redebrasilatual.com.br/educacao/2016/07/entidades-educacionais-temem-retrocesso-em-pautas-com-nova-composicao-do-cne-1732.html> >. Acesso 07 fev. 2018.

<sup>2</sup> Disponível em: < <https://www.unicamp.br/unicamp/ju/noticias/2017/11/27/o-banco-mundial-contra-ataca> .> Acesso 08 fev. 2018.

<sup>3</sup> Disponível em: < <http://www.anped.org.br/news/reforma-do-ensino-medio-entenda-o-que-esta-em-jogo-e-vozes-desconsideradas-no-processo> > e < <http://www.sbpnet.org.br/site/artigos-e-manifestos/detalhe.php?p=5953> >. Acesso 08 fev. 2018.

<sup>4</sup> Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=TnpnRq21luc> >. Acesso 08 fev. 2018.

<sup>5</sup> Disponível em: < <http://www.anped.org.br/news/reforma-de-ensino-medio-do-des-governo-de-turno-decreta-se-uma-escola-para-os-ricos-e-outra> >. Acesso 08 fev. 2018.

<sup>6</sup> Disponível em: < <https://avaliacaoeducacional.com/mp-do-ensino-medio/> >. Acesso 08 fev. 2018.

<sup>7</sup> A Conferência Nacional Popular de Educação é uma convocação à retomada da democracia no país e das vozes da sociedade civil organizada por meio dos movimentos sociais e das entidades educacionais; uma reafirmação do compromisso com uma educação verdadeiramente transformadora. Disponível em: < <http://fnpe.com.br/conape2018/> >.

educação pública, gratuita e de qualidade, sem desconsiderar as conexões com o cenário internacional de avanço conservador em todos os setores (economia, política, etc.).

### Metodologia:

Partimos do estudo de Gama (2015) que elabora um balanço da obra de Dermeval Saviani e suas influências, procedendo a identificação, levantamento e organização da produção em questão, o qual atualizamos. A identificação das fontes partiu do levantamento da produção do conhecimento referente ao autor estudado e suas formulações. Para tanto, buscamos no currículo Lattes do autor o registro dos artigos, capítulos de livro e livros publicados por ele, de forma a mapear sua obra. Desta forma, foi possível identificar, até 14 de janeiro de 2018, quando realizamos a última consulta, 443 produções: 140 artigos completos publicados em periódicos; 71 livros publicados/organizados ou edições; 70 capítulos de livros publicados; 13 textos em jornais de notícias/revistas; 41 trabalhos completos publicados em anais de congressos; 02 resumos publicados em anais de congressos; 28 apresentações de trabalho; 78 outras produções bibliográficas (prefácios, etc). No currículo *Lattes*/CNPq do autor são consideradas mais de uma edição da mesma obra, assim o fizemos no resultado apresentado.

A reunião, organização e leitura prévia das fontes permitiu-nos observar as regularidades entre os temas abordados, o que possibilitou identificar que a produção de Dermeval se concentra, prioritariamente, em quatro grandes áreas: estrutura e política educacional; filosofia da educação; história da educação e teoria pedagógica. Outros textos foram identificados nas áreas de formação de professores; ensino superior e pós-graduação; trabalho, marxismo e educação; intelectuais da educação; entrevistas etc. Em percentuais, de 175 produções encontradas (artigos, capítulos de livros e livros), 75 relacionam-se diretamente à teoria pedagógica, ou seja, mais de 40% da produção. Na sequência, temos as elaborações acerca da História da educação (17,7%), seguida pelas formulações acerca da Política e estrutura educacional (16,5%), e Filosofia da educação (4,5%).

Tendo em vista o objetivo deste trabalho, para identificarmos a tese central desenvolvida por Saviani nos estudos acerca da estrutura e política educacional, nos valem os textos: Educação Brasileira: estrutura e sistema, (SAVIANI, 2000); Da nova LDB ao FUNDEB: por uma outra política educacional, (SAVIANI, 2007); Desafios da construção de um sistema nacional articulado de educação, (SAVIANI, 2008); Sistema Nacional de Educação articulado ao Plano Nacional de Educação, (SAVIANI, 2010) e Sistema Nacional de Educação e Plano Nacional de Educação: significado, controvérsias e perspectivas, (SAVIANI, 2017). Trazemos dados da reorganização do conselho nacional da educação, das políticas públicas do atual governo e dos cortes no orçamento na área da educação e procedemos a análise da política educacional na conjuntura atual.

### Resultados e Discussão:

É possível constatar, a partir do levantamento da produção realizado, a amplitude do pensamento do autor, que vem se detendo ao estudo do fenômeno educacional por mais de 50 anos não se limitando a um único aspecto, mas investigando problemáticas diversas e buscando respostas teóricas em um conjunto amplo de áreas como por exemplo, a história, a filosofia, a política, a economia, a pedagogia, a formação de professores.

Ao analisar a realidade educacional brasileira, já na década de 1970, Saviani (2000) apontou o problema da ausência de um SNE no nosso país. Prosseguindo nessa linha de investigação, participou de debates, publicou diversos textos sobre as reformas do ensino expressas na legislação federal, nas decisões do Conselho Federal e Nacional de Educação e nas medidas baixadas pelo Ministério da Educação (MEC). Contudo, em estudos recentes afirma que durante “[...] todo esse período, que ultrapassa quatro décadas, me senti como uma espécie de ‘voz que clama no deserto’ no que se refere ao problema do significado de sistema e do Sistema Nacional de Educação.” (SAVIANI, 2017, p.vii).

Felizmente, a voz que clama no deserto não deixa de clamar. Ao longo desses mais de quarenta anos Saviani não deixou de acompanhar e se posicionar diante dos lentos passos da política educacional brasileira, sendo uma referência quando se discute o financiamento, legislação e política educacional. Com o intuito de munir os educadores para intervirem ativa e criticamente nos processos de discussão dos rumos da política educacional brasileira, como é o caso da Conferência Nacional de Educação (CONAE), além de analisar e apontar possíveis alternativas ao que vem sendo realizado nacionalmente, as obras de Saviani reúnem, organizam e atualizam para o leitor os documentos fundamentais da política educacional que vem sendo implantada em nosso país.

Diante do déficit histórico no campo educacional brasileiro, que se arrasta por pelo menos 100 anos, vez que a partir da segunda metade do século XIX os diferentes países (como Argentina, Chile e Uruguai, por exemplo) passaram a implementar seus sistemas nacionais de ensino, tendo em vista a erradicação do analfabetismo e a universalização da instrução popular, e o Brasil foi retardando esse processo que se estende até hoje, (SAVIANI, 2007; 2017); entendendo a “[...] determinação estrutural própria da forma social capitalista sobre a política educacional enquanto modalidade da política social que é tratada separadamente da política econômica e a esta subordinada [...]”, (SAVIANI, 2007, p.04), o autor afirma ser necessário “[...] tomar a decisão histórica de definir a educação como prioridade social e política número 1, passando a investir imediata e

fortemente na construção e consolidação de um amplo sistema nacional de educação.” (SAVIANI, 2007, p.06).

Para tanto, faz-se necessário assumir a educação como prioridade maior por meio de ações concretas como a duplicação imediata dos recursos (especialmente o Produto Interno Bruto - PIB) destinados à educação, vez que os recursos orçamentários regulares são insuficientes para responder aos problemas educacionais que foram se acumulando no país (SAVIANI, 2007; 2008). “Esta há de ser a ideia-força, o eixo central do PNE que devemos propor.” (SAVIANI, 2007, p.212). Tendo em vista a determinação econômica da política educacional, bem como o atrelamento da melhoria educacional às condições objetivas, Saviani (2008) aponta quatro tipos de desafios enfrentados na construção e instituição de um SNE.

[...] os **desafios econômicos**, traduzidos na tradicional e persistente resistência à manutenção do ensino público no Brasil; os **desafios políticos**, expressos na descontinuidade das iniciativas de reforma da educação; os **desafios ideológicos**, representados pelas ideias e interesses contrários ao sistema nacional de educação; e os **desafios legais**, correspondentes à resistência à aprovação de uma legislação que permita a organização do ensino na forma de um sistema nacional em nosso país. (SAVIANI, 2008, p.214 – grifos nossos).

Identificado os desafios, Saviani (2010; 2017) enuncia um conjunto de indicações necessárias à construção de um SNE no Brasil, as quais vão desde o destaque para o caráter público do sistema; suas instâncias normativa e deliberativa; sua organização administrativa e pedagógica, culminando com a orientação de conteúdo para a organização curricular. Ao defender a construção de um verdadeiro SNE, o autor esclarece tratar-se de um “[...] conjunto unificado que articula todos os aspectos da educação no país inteiro, com normas comuns válidas para todo o território nacional e com procedimentos também comuns visando assegurar educação com o mesmo padrão de qualidade a toda a população do país.” (SAVIANI, 2017, p.58). Segue explicando que após efetivamente implantado, o funcionamento do SNE deverá ser regulado pelo PNE, “[...] ao qual cabe, a partir do diagnóstico da situação em que o sistema opera, formular as diretrizes, definir as metas e indicar os meios pelos quais as metas serão atingidas no período de vigência do plano definido, pela nossa legislação, em dez anos.” (SAVIANI, 2017, p.60). O autor enfatiza também o caráter público do SNE, alertando que não se pode enfraquecer tal caráter “[...] a pretexto de que a educação é uma tarefa não apenas do governo, mas de toda a sociedade.” Lembra que, de fato, a educação não é uma tarefa de governo, mas de Estado, que como guardião do bem público, deveria expressar os interesses de toda a sociedade.

A análise e as elaborações no âmbito da estrutura e política educacionais (SNE e PNE) fundamentam-se em preceitos histórico-ontológicos da relação trabalho e educação, preceitos esses que não podem ser tomados isoladamente um do outro, pois “[...] o ser do homem e, portanto, o ser do trabalho, é histórico.” Bem como trabalho e educação são atividades especificamente humanas, por possuírem caráter intencional e implicarem a prévia ideação (a antecipação mental da finalidade da ação), o sistema também resulta da atividade sistematizada, que busca intencionalmente realizar determinadas atividades (ação planejada). Como explica Saviani (2010), o sistema de ensino supõe planejamento, exige coerência e intencionalidade, o que implica que o “[...] sistema se organize e opere segundo um plano. Consequentemente, há estreita relação entre sistema de educação e plano de educação” (SAVIANI, 2010, p.388). “Podemos dizer que a formulação do Plano Nacional de Educação se põe como uma exigência para que o Sistema Nacional de Educação mantenha permanentemente suas características próprias.” (SAVIANI, 2010, pp.388-389).

Ao analisar a situação do PNE 2001-2011, Saviani (2017) lembra que dados preliminares de um estudo encomendado pelo MEC do início de 2010 mostraram que apenas 33% de suas metas haviam sido atingidas. Na análise do autor (SAVIANI, 2017), dois aspectos principais precisam ser destacados no que se refere aos eixos centrais do plano: o problema do magistério da educação básica e a questão do financiamento. O primeiro deve considerar a formação e o exercício docente. Deve ser garantida uma rede pública consistente de formação de professores - deixando de sermos reféns da rede privada mercantilizada - e condições adequadas de trabalho para começar a pensar em educação de qualidade. O financiamento, por sua vez, é aspecto central, pois sem ele, todas as outras ações ficam inviabilizadas, permanecendo no plano das intenções.

Embora reconheça o avanço obtido, no que tange ao financiamento, mesmo que ainda insuficiente, com o novo PNE 2014-2024, com a vinculação do financiamento ao PIB, constatou o enorme retrocesso na conjuntura atual após o golpe de 2016 com a aprovação da Emenda Constitucional (EC 95/2016) que congela os gastos públicos por 20 anos. Portanto, a meta desse novo PNE de garantir 10% do PIB em 2024 em investimento em educação está completamente inviabilizada. O que verificamos é o contingenciamento das verbas da educação em todos os níveis (Educação Básica e Superior), e o cancelamento da destinação de verbas dos *royalties* do petróleo para a Educação<sup>8</sup>. Antes mesmo da aplicação da EC na área da educação (supostamente programada para 2018), os cortes são consideráveis desde 2017, quando foram contingenciados, até abril, R\$ 4,3 bilhões, o que provocou sérios problemas às instituições de ensino superior federais (IES). As IES estaduais públicas também vêm sofrendo sérios ataques, através de cortes orçamentários, com destaque para o Rio de Janeiro e o Rio Grande do Norte, resultando em não pagamento de salários, paralisação de atividades, recuo de pesquisas, de projetos de extensão, pagamento de bolsas, etc. A Educação Básica também sofre desse contingenciamento,

<sup>8</sup> Disponível em: < <http://www.cartaeducacao.com.br/artigo/nao-aceitamos-o-desmonte-da-educacao-brasileira/> >. Acesso 08 fev. 2018.

uma vez que a Lei Orçamentária Anual (LOA 2018) foi sancionada com corte de R\$1,5 bilhão para o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB)<sup>9</sup>.

Entendendo que os ataques à educação pública, gratuita e de qualidade, socialmente referenciada são de conjunto, acreditamos que a sua defesa também deva ser, como destaca Saviani (2017), quando afirma ser “[...] fundamental uma grande mobilização dos setores populares articulados pelas várias organizações dos educadores reunidas em âmbito nacional, regional e local.” (SAVIANI, 2017, p.105). As defesas históricas: a) Sistema Nacional de Ensino; b) Plano Nacional de Educação; e c) Financiamento, através da defesa de aplicação de 10% do PIB, etc. Tais defesas sempre foram pautadas nas CONAes anteriores, mas a CONAE 2018 foi abandonada pelos setores progressistas da sociedade civil, de pesquisa científica e os movimentos sociais, uma vez que sua preparação se mostra afinada com as ações orquestradas pelo atual governo e seus apoiadores, destacados os dos setores empresariais da educação, sendo apontada a CONAPE, como referência para os setores comprometidos com essa educação, configurando-se como o espaço de continuação dessas defesas históricas.

### Conclusões:

Saviani defende a implantação de um SNE como resultado da educação sistematizada que assegure o mesmo padrão de qualidade a toda a população do país, com conteúdos a serem desenvolvidos no âmbito de todo o sistema. Esta proposta deve centrar-se na cultura de base científica que articule num complexo compreensivo, as ciências humano-naturais que estão modificando profundamente as formas de vida, passando-as pelo crivo da reflexão filosófica e da expressão artística e literária. Isso supõe a articulação do SNE com um PNE, que garanta a racionalidade na prática educativa como condição para superar o espontaneísmo e as improvisações. Saviani reconhece os desafios (econômicos, políticos, legais e ideológicos) para a implementação do SNE. Sendo o financiamento uma questão central, defende um investimento maciço na educação, o que de saída significaria dobrar o PIB investido. Reconhece como necessária a superação do atual modelo político, o que só se fará por meio da pressão das bases sociais e por um forte e organizado movimento dos educadores. Entendemos que esse processo está em curso na sociedade brasileira através da articulação da sociedade civil, movimentos sociais e entidades científicas e da educação em geral.

### Referências bibliográficas

GAMA, C. N. **Princípios Curriculares à luz da Pedagogia Histórico-Crítica**: as contribuições da obra de Dermeval Saviani. Tese de Doutorado, Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2015.

MARSIGLIA, *et al.* (2017). *Geminal: Marxismo e Educação em Debate*, Salvador, v. 9, n. 1, p. 107-121, abr. 2017.

SAVIANI, D. **Educação Brasileira**: estrutura e sistema. 8. ed. Campinas: Autores Associados, 2000.

\_\_\_\_\_. **Da nova LDB ao FUNDEB**: por uma outra política educacional. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.

\_\_\_\_\_. Desafios da construção de um sistema nacional articulado de educação. **Trabalho, Educação e Saúde**, v.6, n.2, p.213-231, jul./out. 2008.

\_\_\_\_\_. Sistema Nacional de Educação articulado ao Plano Nacional de Educação. **Revista Brasileira de Educação**, v. 15, n. 44, maio/ago. 2010.

\_\_\_\_\_. **Sistema Nacional de Educação e Plano Nacional de Educação**: significado, controvérsias e perspectivas. 2. ed. rev. e ampl. Campinas, SP: Autores Associados, 2017.

---

<sup>9</sup> Disponível em: < <http://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/reportagem/o-desmonte-por-tras-do-orcamento-de-2018> >. Acesso 08 fev. 2018.